

Diplomacia do cidadão durante a pandemia covid-19: Entre *sharp power* e *soft power*

Citizen diplomacy in the covid-19 pandemic:
Between sharp power and soft power

(EN: 25-48)

Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos *

Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas,
Universidade de Lisboa, Portugal

DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2021.VIIN2/pp.49-82

RESUMO

Frente ao enorme desafio global imposto pela pandemia da covid-19, os países aceleraram ações visando a segurança dos cidadãos. Por outro lado, movidos por impulsos diversos, os cidadãos também promoveram ações com impacto no cenário internacional, que caracterizam a diplomacia do cidadão. Sob a perspectiva da diplomacia pública, a diplomacia do cidadão normalmente é tida como fonte de *soft power*. O artigo objetiva evidenciar os impactos da diplomacia do cidadão na política externa e apontar de que forma esta pode também revestir-se de *sharp power*. A partir do enquadramento construtivista, a investigação aplica o método de estudo de caso centrado no enfrentamento da pandemia da covid-19 pela China, Portugal e Brasil. Para tanto, os conceitos chave diplomacia pública, diplomacia do cidadão, *soft power* e *sharp power* são operacionalizados. Depois é construída a escala de variáveis e atributos do *soft* e do *sharp power*. A escala guia a coleta de dados e a análise de conteúdo quantitativa e qualitativa em notícias da agência Reuters no período de 1 de fevereiro a 30 de abril de 2020. Após a apresentação e discussão dos resultados, a última sessão apresenta as conclusões, incluindo indicações para políticas públicas e oportunidades para futuros desenvolvimentos.

Palavras-chave: diplomacia pública, diplomacia do cidadão, *sharp power*, *soft power*, construtivismo, análise de conteúdo, covid-19

Artigo recebido a 02/09/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial a 09/02/2021.

* Email: niedjasantos@edu.ulisboa.pt | niedjasantos@icloud.com | niedjaandrade@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7313-2296>

ABSTRACT

Given the huge challenge imposed by the covid-19 pandemic, countries have stepped up actions aimed at citizen security. At the same time, driven by different purposes, citizens are also involved in actions, which have had international repercussion, such as the development of citizen diplomacy. From the standpoint of public diplomacy, citizen diplomacy is a source of soft power. This research debates how citizen diplomacy performs under sharp power, and highlights the impact on foreign policy. Working within constructivism, the paper uses the case study method and is aimed at identifying the fight against the covid-19 pandemic by China, Portugal, and Brazil. To this end, the key concepts are operationalized, namely public diplomacy, citizen diplomacy, soft power, and sharp power. Then, a matrix of variables and attributes of soft and sharp power is built. The matrix guides collection of quantitative and qualitative data by content analysis. The news agency, Reuters, is the source of news collected from February 1 to April 30, 2020. After presentation and discussion of results, the last session presents conclusions, including recommendations for public policies, and opportunities for future developments.

Keywords: public diplomacy, citizen diplomacy, sharp power, soft power, constructivism, content analysis, covid-19

1. Introdução

A pandemia da covid-19 é provavelmente o maior desafio imposto à humanidade no século XXI (World Health Organization [WHO], 2020a). A moléstia causada pelo vírus SARS-CoV-2 foi inicialmente identificada como uma pneumonia de etiologia desconhecida na cidade chinesa de Wuhan em dezembro de 2019 (WHO, 2020b). A pandemia foi declarada pela WHO a 11 de março de 2020 (Ghebreyesus, 2020). Em dezembro de 2020, a covid-19 já havia acometido em torno de 80 milhões de pessoas e causado mais de 1,7 milhões de mortes ao redor do mundo (WHO, 2020c). Apesar dos esforços da comunidade médica e científica mundial, não foram identificados tratamentos eficazes para conter a doença (Becher & Frerichs, 2020; Jaffe, 2020). Nem mesmo o início da vacinação, sobretudo na Europa e na América do Norte a partir de dezembro de 2020, foi eficaz para interromper no curto prazo a curva exponencial de novos casos e mortes (John & Clarke, 2020). Neste particular, o mês de janeiro de 2021 terminou com mais de 98 milhões de contaminados e 2,1 milhões de mortes no mundo (WHO, 2021). Assim, a pandemia evoluiu demandando soluções que extrapolam a medicina.

Diante da adversidade, as nações articularam ações para segurança de seus povos. Todavia, muitas dessas medidas dependem da disciplina e *compliance* dos cidadãos (Kuiper et al., 2020; Zhao & Wu, 2020). Neste caso, os indivíduos são motivados pela autoproteção, pela solidariedade (Cheng, Lam & Leung, 2020), pelo receio de julgamentos morais (Casciano, 2020), ou ainda pelo *enforcement* ou monitoramento (Cha, 2020). Convidados para esse palco, os cidadãos passaram a

destacar-se não apenas no âmbito doméstico, mas também no cenário internacional, com reflexos na diplomacia pública de seus países.

A diplomacia pública está intimamente ligada ao *soft power* (Nye, 2019). Adicionalmente, desde 2017 (Walker & Ludwig, 2017a, 2017b), o conceito de *sharp power* vem ganhando espaço em estudos da disciplina (Biersteker, 2020; Santos, 2019; Walker, 2018). Embora não seja usual, é possível encontrar pesquisas sobre a diplomacia do cidadão envolvendo a abordagem do *soft power* (Clinton, 2011; Fulda, 2019; Nye 2010), contudo, o mesmo não ocorre em relação ao *sharp power*. Adicionalmente, nada obstante o catálogo «Web of Science» revelar a existência de mais de 20.000 produções científicas com o termo «covid-19», apenas oito relacionam o tema à diplomacia (Web of Science, 2020). Na verdade, estudos da diplomacia pública (Santos, 2020a; Zhao, 2020) e da diplomacia do cidadão neste contexto são escassos. Assim, ao promover o debate, a investigação preenche uma lacuna acadêmica.

Realizada na esfera das relações internacionais, sob a perspectiva do construtivismo, a investigação tem por objetivo lançar luz sobre os impactos que podem ser causados pela diplomacia do cidadão na política externa, especialmente em casos de emergência internacional. Particularmente, a pesquisa objetiva demonstrar que a diplomacia do cidadão pode revestir-se de *sharp power*, além de *soft power*. Especificamente, pretende-se responder à questão de pesquisa: como a diplomacia do cidadão se diferencia em virtude do alinhamento ao *soft power* ou ao *sharp power*? Para enfrentar o questionamento, é adotado o método de estudo de caso tendo por objeto as ações com reflexos internacionais de cidadãos da China, Portugal e Brasil praticadas durante a primeira onda da pandemia de covid-19 entre meados do inverno a meados da primavera no hemisfério norte (Larrauri et al., 2020, p. 8). A fonte de dados é a base de notícias da agência Reuters entre 1 de fevereiro e 30 de abril de 2020. Os dados foram coletados e analisados pela técnica de análise de conteúdo. Desta forma, ao envolver a diplomacia pública, a diplomacia do cidadão e, do ponto de vista da comunicação internacional, a respectiva representação midiática, a investigação sinaliza contribuição para o estudo da intersecção entre a diplomacia pública, a participação cívica e a comunicação.

A primeira seção é dedicada à revisão bibliográfica, que compreende o enquadramento teórico-conceitual e o enquadramento analítico da pesquisa. A segunda traz a descrição da metodologia. A seguir são apresentados e discutidos os resultados. A última seção apresenta a conclusão, traz *insights* que podem orientar políticas pública e indica oportunidades para futuros desenvolvimentos.

2. O enquadramento da diplomacia do cidadão pelo construtivismo

A teoria das relações internacionais conhecida como construtivismo defende que os atores internacionais, seus interesses e identidades são resultado do impacto das

ideias, normas e discurso (Reus-Smit, 2005, p. 193). Slaughter e Thomas afirmam que no construtivismo, “the perception of friends and enemies, in-groups and out-groups, fairness and justice all become key determinants of a State’s behaviour” (2013, p. 4). Na verdade, o construtivismo interpreta as relações internacionais como uma construção social com senso de identidade centrado na questão agente-estrutura, procurando entender como os agentes produzem estruturas e como as estruturas produzem agentes (Barnett, 2014, pp. 157-158, 162). Assim, a teoria se diferencia do neorealismo e do neoliberalismo, que ligam os interesses internacionais a fatores materiais como poder ou comércio, sustentando que os atores da esfera internacional são entes unitários com interesses anteriores à interação social.

A teoria explica as transformações no sistema internacional com o argumento de que os interesses e as identidades dos Estados são um produto altamente maleável (Walt, 1998, p. 40). Para os construtivistas, a interação entre pessoas e Estados formata novas ideias que podem dar origem a novas normas. As ideias são fatores estruturais que influenciam a interpretação do mundo pelos atores, atribuindo significados lastreados na cultura subjacente (Barnett, 2014, p. 162). Assim, identidade, normas e a variação histórica do significado afetam os interesses dos Estados (Fierke, 2010, p. 188), limitando o controle sobre o destino (Barnett, 2014, p. 162). Com efeito, o balanço de poderes não existe de forma objetiva, pois os interesses são subordinados a ideias, discursos e normas sociais coletivamente construídas (Barnett, 2014, p. 580). Em última análise, o comportamento dos Estados é determinado pelas crenças das elites e indivíduos influentes, normas coletivas e identidades sociais. Em suma, as ideias e o discurso são os principais instrumentos do construtivismo.

A perspectiva construtivista permite observar o potencial impacto da diplomacia do cidadão na percepção internacional sobre o país. As relações sociais na dimensão doméstica do Estado podem levar à formatação da identidade e interesses do país, impactando a percepção internacional. Isso pode, inclusive, alterar a natureza das relações no sistema internacional. Em outras palavras, como uma forma de manifestação social, a diplomacia do cidadão pode criar percepções positivas ou negativas para o resto do mundo, influenciando a forma como o mundo se relaciona com o respectivo país. Neste contexto, a política externa não pode preterir a diplomacia do cidadão, já que o instituto pode melhorar ou prejudicar as relações externas.

3. A operacionalização dos conceitos chave

A investigação explora a integração entre o *soft* e o *sharp power* na diplomacia do cidadão durante a pandemia de covid-19, refletindo na diplomacia pública. Para pavimentar o caminho ao enquadramento analítico, os conceitos chave são pre-

viamente operacionalizados, a saber: diplomacia pública, diplomacia do cidadão, *soft power* e *sharp power*.

3.1 A diplomacia pública

A ideia de diplomacia pública está associada à influência internacional (Melissen & Wang, 2019, p. 1) e à segurança reputacional do Estado (Cull, 2019, p. 135). Apesar da aparente jovialidade, o instituto engloba mecanismos seculares. A biblioteca de Alexandria, construída pelos gregos no Egito, por volta de 250 a.C., é um exemplo de diplomacia pública na esfera cultural (Cull, 2019, pp. 28-29). Da mesma forma, nos idos de 1400, a imprensa de Gutenberg foi uma ferramenta de influência internacional para a reforma protestante iniciada na Alemanha (Hayden, 2011). Atualmente, as emissoras internacionais e as redes sociais estão entre os mais relevantes instrumentos da diplomacia pública (Nye, 2019, pp. 9, 14; Snow, 2020, p. 5). Em suma, a prática hoje conhecida como diplomacia pública é milenar e está em constante renovação, acompanhando a evolução social.

O termo «diplomacia pública» foi citado pela primeira vez no britânico *The Times* em 1856, referindo-se à civilidade e ao comportamento de Franklin Pierce (Cull, 2020, p. 13). A expressão ganhou força após o discurso de paz «Fourteen Points» de Woodrow Wilson (1918, p. 5), que opunha a diplomacia pública à secreta. No entanto, a atribuição do termo diplomacia pública ao significado de «influenciar públicos estrangeiros» é creditada a Edmund Gullion, ex-embaixador dos Estados Unidos e primeiro reitor do Fletcher College of Law and Diplomacy da Tufts University (Cull, 2020, p. 13).

Temáticas além de guerra e paz passaram a receber maior atenção, demandando a participação de novos atores nas relações internacionais, além dos representantes diplomáticos reconhecidos pela Convenção de Viena (Melissen, 1999, pp. xiv-xv). Na década de 1990, a diplomacia pública já começava a ser entendida como uma ferramenta usada para consolidar imagem e construir relacionamentos de longo prazo. Assim, o instituto ganhou centralidade na diplomacia tradicional (Jesus, 2014, p. 152) como uma medida pacífica de política externa (Magalhães, 1982, pp. 11-19; Mendes, 2017, p. 154). No início do século XXI, a diplomacia pública ganhou força como comunicação oficial destinada a públicos estrangeiros (Melissen, 2005, pp. 3, 6; Nye, 2008, p. 101), com objetivo de influenciar e alavancar interesses e valores do Estado (Sharp, 2005, p. 106). No pós 11 de setembro, instrumentos como as emissoras internacionais, a cultura, os intercâmbios e as mídias sociais ganharam relevância na política internacional (Nye, 2008, pp. 94-95; Zaharna, 2010, pp. 80-87). Por outro lado, o excesso de informação aumentou o risco de distração (Nye, 2019, pp. 9-11).

Cull define a diplomacia pública como «listening to the other side and working to develop a relationship of mutual understanding» (2019, p. 23). O autor também

particularizou suas cinco componentes: *listening*, *advocacy*, diplomacia cultural, intercâmbios e *internacional broadcasting*. O *listening* é o mecanismo de engajamento do público estrangeiro através da compreensão de suas expectativas (Cull, 2019, pp. 38-45; Martino, 2020, pp. 23-25). A *advocacy* corresponde à defesa internacional de argumentos, políticas e narrativas (Cull, 2019, pp. 49-61; Gilboa, 2008, pp. 72-73). A diplomacia cultural envolve a disseminação de mensagens através da cultura (Cull, 2019, pp. 64-73; Goff, 2020, pp. 31-34), enquanto os intercâmbios englobam a recepção ou o envio de cidadãos ao exterior, normalmente com finalidade educacional (Cull, 2019, pp. 77-84; Scott-Smith, 2020). Por fim, *international broadcasting* refere-se à transmissão internacional de notícias em grande escala (Arceneaux & Powers, 2020, pp. 52-59; Cull, 2019, pp. 87-103). Tal matriz vem sendo amplamente adotada (Goff, 2020, p. 30; Hartig, 2019, p. 1; Santos, 2020b; Schindler, 2018, p. 28; Snow & Cull, 2020, pp. 19-75; Velikaya & Simons, 2020, p. 9).

Sucintamente, Snow afirma que a diplomacia pública é o «management of persuasion and social influence in the service of international legitimacy» (2020, p. 4), sendo evidente sua relação com o poder. A autora também destaca que as «soft actions» funcionam melhor quando combinadas com «more forceful and threatening forms of compliance and persuasion» (Snow, 2020, p. 4), reforçando o que já havia sido manifestado por Nye (2019, p. 8), que indica o caminho do *hard power* como complemento ao *soft power*.

É conveniente esclarecer que enquanto a diplomacia tradicional compreende as relações de governo para governo (G2G), a diplomacia pública é o diálogo entre o governo e públicos globais (G2P), visando engajá-los aos objetivos da política externa (Snow, 2009, p. 6). Já a nova diplomacia pública significa a forma pela qual governo, indivíduos e grupos privados influenciam a política externa (P2P) (Snow, 2009, p. 6). Esta pesquisa está baseada na visão da «nova diplomacia pública»: o modelo P2P. Esse padrão aproxima-se do ambiente líquido descrito por Bauman, no qual o «world of authorities» é escrutinado pela «individuality» e escândalos políticos aceleram a busca por «examples» e não «leaders» (2006, pp. 63-71). Nesta linha, a credibilidade, a autocrítica e o engajamento da sociedade civil assumem papel de destaque para a diplomacia pública (Nye, 2019, pp. 9-11). Assim, é de suma importância dedicar especial atenção às relações que passam a ocorrer entre indivíduos (cidadãos), narrativas e política externa.

Invocando o discurso de posse de Kennedy, no qual proferiu a célebre frase «and so, my fellow Americans: ask not what your country can do for you — ask what you can do for your country» (Kennedy, 1961, para. 25-26), Snow enfatiza que a diplomacia pública contemporânea é interativa, operada em rede, com ênfase na atuação dos diplomatas cidadãos na base, enquanto os ministérios de relações

exteriores interagem institucionalmente (2020, pp. 9, 11). Destarte, maior foco há de ser conferido à diplomacia do cidadão, como dimensão da diplomacia pública.

3.2 A diplomacia do cidadão

De certa forma, no fim do século xv, Bacon rascunhou a ideia de diplomacia do cidadão como fonte de *soft power* no ensaio «Of Goodness and Goodness of Nature», quando tratou do «citizen of the world» (1908, p. 57). Contudo, a origem do termo não é consensual. Alguns afirmam que o termo remonta à década de 1980 (Samuel-Azran, Ilovici, Zari & Geduild, 2019, p. 39). Mas no final da década de 1940, o então presidente da Comissão Nacional da UNESCO nos EUA publicou o artigo «Citizen diplomacy», onde abordou a questão. Na peça, o autor descrevia o intenso controle estatal sobre a diplomacia do cidadão (Marshall, 1949, p. 89) e apontava a necessidade de democratização da política externa (Marshall, 1949, p. 83).

A visão de diplomacia do cidadão engajada à estratégia de política externa do Estado é explicada pelo modelo «multi-track diplomacy» (Diamond & McDonald, 1996). Nesse padrão, pelo menos nove vias diplomáticas (*government, professional conflict resolution, business, private citizens, research, peace activism, religion, funding, media, public opinion*) articulam-se para o atingimento de um objetivo comum (Diamond & McDonald, 1996, p. 249). A diplomacia realizada pelos Estados, através de seus ministérios de relações exteriores, são sempre a *track-one diplomacy* (Wehrenfennig, 2008, p. 81). Na *multi-track diplomacy*, todos os atores envolvidos trabalham de forma integrada em torno de metas compartilhadas.

A globalização intensificada na década de 1990 foi um convite para que, independentemente do planejamento estatal, qualquer indivíduo pudesse atuar no ambiente internacional (Sharp, 2001, p. 136). Assim, a diplomacia democratizou-se marcada pela dispersão de interesses (Melissen, 2001, pp. 2, 10). Neste cenário, a abordagem *multi-track* já não era suficiente para explicar a diplomacia do cidadão. Surgiram, então, as perspectivas «half track diplomacy», baseadas na premissa de que a atuação diplomática estatal é ineficaz (Wehrenfennig, 2008, p. 81), sendo complementada pela atuação de outros atores. Neste rol, destaca-se o modelo «track-one & track-two diplomacy», no qual a «track-two» é a diplomacia não oficial, exercida por atores não estatais com seus próprios recursos e com independência em relação à «track-one» (Fulda, 2019, p. 197; Jones, 2015, pp. 8-10). Neste caso, a diplomacia do cidadão é realizada paralelamente à do Estado (Nan, Druckman & Horr, 2009, pp. 65-66). Enquadramento teórico alternativo é a abordagem «top-down/bottom-up» (Samuel-Azran et al., 2019, pp. 38-40). A *bottom-up* significa a diplomacia do cidadão realizada de forma independente, por livre iniciativa e a *top-down* é o padrão articulado pelo Estado.

Por oportuno, vale a pena notar que as concepções *multi-track* e *top-down* se alinham à teoria do jogo tridimensional de Nye. Esta tese aponta os cidadãos como importantes agentes de influência internacional que atuam paralelamente ao Estado. No tabuleiro um está o aparato militar. No dois, estão as questões econômicas. O tabuleiro três abarca indivíduos e questões transnacionais, como o crime transnacional, as mudanças climáticas, as doenças infecciosas, dentre outras (Nye, 2004, p. 4). O autor indica que, diante da ampla dispersão de poder entre atores estatais e não estatais, o Estado que conseguir articular as jogadas entre três tabuleiros será bem sucedido (Nye, 2004, p. 4). É importante notar que ao lado da diplomacia tradicional, uma série de «hyphenated diplomacies» chegou à esfera diplomática (Sharp, 2001, p. 136). Com efeito, muito embora a diplomacia tradicional consagrada pela Convenção de Viena seja bem delimitada, uma plethora de novas práticas protagonizadas por atores diversos chegou ao palco internacional. Isto exige dos diplomatas profissionais a competência da «integrative diplomacy» (Hocking, Melissen, Riordan & Sharp, 2012, p. 13). Assim, a inovadora diplomacia do cidadão é um desafio para a diplomacia tradicional.

Vale a pena salientar que a participação social é inerente aos processos de democratização, embora nestes casos geralmente esteja relacionada às coletividades, como as elites e os movimentos sociais (Haerpfer, Bernhagen, Inglehat & Welzel, 2009, p. 4). Contudo, «casting members as individuals is the trademark of modern society» (Bauman, 2000, p. 31). Assim, embora a diplomacia do cidadão possa até ser enquadrada como uma forma de participação social ou política, já que caracteriza a «intervenção activa dos cidadãos na vida pública» (Martins, 2004, pp. 75, 83, 137), especialmente quando se ocupa de problemas coletivos da sociedade democrática (Martins, 2004, p. 138), com potencial impacto em políticas públicas (Sharp, 2001, p. 140), a figura está mais relacionada à ideia de individualização da sociedade. Notavelmente, a tendência de individualização é observada tanto em democracias quanto em contextos considerados não democráticos, como é o caso da China (Yan, 2010). Em suma, a diplomacia do cidadão está intimamente ligada à individualização da sociedade.

Neste particular, Sharp lembra que a diplomacia é uma atividade especializada de difícil execução, mas reconhece a emergência da diplomacia do cidadão comum, bem como o potencial impacto para o país (2001, p. 134). O autor enfatiza que a representação é a base da diplomacia tradicional (Convenção de Viena). Assim, ao transportar a referida noção para a diplomacia do cidadão, Sharp afirma que o diplomata cidadão pode representar a si mesmo, atores estatais ou atores não estatais (2001, p. 137), frequentemente mobilizando grande atenção dos *media* (2001, p. 148). Na verdade, o «access to the Internet or global news media» tornou a comunicação internacional acessível a qualquer pessoa além dos diplomatas ofi-

ciais e agentes governamentais (Van Dyke & Verčič, 2009, p. 907). Nesta linha, Samuel-Azran et al. afirmam que «citizen diplomacy is a concept that considers citizens, specifically those participating in various forums beyond the national borders (e.g., international students, business people, or tourists), as diplomats of their country, potentially helping to promote its image globally» (2019, p. 38). Na verdade, a comunicação direta entre sujeito e receptor é mais efetiva do que a comunicação unilateral. Os indivíduos ultrapassam as barreiras culturais entre si com maior facilidade e credibilidade (Nye, 2010). Com efeito, a diplomacia do cidadão é uma potencial fonte de influência internacional, pois o «real soft power comes from a society, not from government» (Shambaugh apud Nye, 2010, para. 14). Destarte, o conceito é amplo e considera diplomata cidadão aquele que, em alguma condição, atua na esfera internacional impactando a imagem de seu país.

A diplomacia do cidadão vem sendo crescentemente desenvolvida de forma individual, independente e não agenciada. Assim, normalmente não é alinhada à política externa. Nye afirma que aí reside o paradoxo da diplomacia do cidadão, pois tentativas de controle dos indivíduos podem minar o *soft power* do país (2010). O autor lembra que a descentralização da atividade diplomática, a dificuldade de controle e o potencial desalinhamento de mensagens e objetivos explicam por que razão as autoridades políticas normalmente são refratárias à diplomacia do cidadão. Mas estes são riscos inevitáveis na era da comunicação global e inerentes às democracias (Nye, 2010).

Neste ponto cabe distinguir também diplomacia do cidadão de ativismo cidadão. O último está ligado à defesa de causas, como direitos humanos, feminismo, desarmamento nuclear e proteção ambiental (Vera & Casa, 2020, p. 629). Neste âmbito, as ações são focadas e usualmente dirigidas ao governo, legisladores e mesmo atores privados restritos à dimensão doméstica do país (Norris, 2004, p. 5). Frequentemente, o ativismo cidadão é agenciado por entidades como partidos políticos, sindicatos e organizações não governamentais (Norris, 2004, pp. 6-7). Entretanto, a defesa de causas pelo cidadão também pode fluir na esfera internacional e mobilizar uma rede de outros ativistas, sendo os exemplos mais notórios Greta Thunberg e Malala Yousafzai (Vera & Casa, 2020, p. 629). Neste caso, a ação do cidadão nem sempre impacta positiva ou negativamente o seu país de origem, mas sim países ou atores internacionais com desempenho negativo na causa defendida. Por outro lado, a diplomacia do cidadão caracteriza-se pela participação internacional do cidadão com impactos para seu país não necessariamente ligados à defesa de causas (Samuel-Azran et al., 2019, p. 38; Fulda, 2019, p. 197). Assim, em alguns casos, é possível que o ativista cidadão possa ser considerado diplomata cidadão, mas o ativismo cidadão não é sinónimo de diplomacia do cidadão.

O papel dos cidadãos na política externa mudou e não deve ser ignorado (Pisarska, 2016, pp. 13-50). Os indivíduos efetivamente são agentes diplomáticos e, normalmente, agem independentemente das políticas externas do Estado, embora possam ser «usados» por governos de matiz autoritária para promover ações que não podem ser oficialmente promovidas (Fulda, 2019, p. 211). Assim, é fácil notar que a globalização fez diminuir a *multi-track diplomacy* e ampliou a *track-two diplomacy*. Com efeito, essa investigação parte da *track-two diplomacy*, mas procura indicar caminhos na direção da integração entre a diplomacia do cidadão e a política externa, na esteira da *multi-track diplomacy*.

3.3 O soft power

A capacidade de influenciar determina o nível de interação do país na esfera internacional. Com efeito, a boa impressão junto ao público estrangeiro pode determinar o nível de poder na esfera internacional (Nye, 2019, p. 7), bem como atrair relacionamentos e alianças de longo prazo. O *soft power* tem a influência e a atração como variáveis e materializa-se através de atributos como as instituições, políticas, cultura e valores (Nye, 2004, p. 8), os quais são centrais para a diplomacia pública (Melissen, 2005, p. 4; Nye, 2019, p. 11).

O termo *soft power* foi cunhado na década de 1990 por Nye na obra *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. O livro analisa a posição geopolítica dos EUA no sistema internacional contemporâneo (1991, p. xvii), baseando-a em dois argumentos: a alteração na natureza do poder (1991, pp. 5, 22); e o fortalecimento dos EUA, em virtude da tripla dimensão do poder: militar, econômico e *soft power* (1991, pp. xi, 22).

Após definir o poder como «the ability to achieve one's purposes or goals» (Nye, 1991, p. 3), o autor afirma que o *soft power* é um poder atrativo, composto principalmente por fatores intangíveis (Nye, 1991, pp. xvi, 29-31), constituindo contraponto ao *hard power* (força militar) (Nye, 1991, p. 3). O *soft power* é tão relevante ao sistema internacional quanto o *hard power* (Nye, 1991, pp. 175, 182), porque «a country may achieve the outcomes it prefers in world politics because other countries want to follow it or have agreed to a system that produces such effects» (Nye, 1991, p. 31). Essa natureza mutável do poder confere legitimidade ao *soft power*, reduzindo eventuais resistências internacionais (Nye, 1991, p. 32).

Posteriormente, na obra *Soft Power: The means to success in world politics*, Nye conceituou o *soft power* como «ability to get what you want to do with through attraction rather than coercion or payments... ability to shape the preferences of others...[a] co-optive power» (2004, pp. x, 5, 7). Na ocasião, também descreveu as principais fontes de *soft power*: (1) cultura, principalmente relacionada a elementos internacionalmente atrativos; (2) valores e políticas, essencialmente quando

há identidade entre a imagem internacionalmente projetada e a imagem percebida no âmbito doméstico; e (3) políticas externas dotadas de autoridade moral (Nye, 2004, pp. 11-15). O autor adverte que a eficácia da atração depende do contexto. Exemplificativamente, produções audiovisuais que exaltam a liberdade e empoderamento feminino, frequentemente apreciados na América Latina e Índia (Powers & Samuel-Azran, 2015, pp. 3-4), minam o *soft power* em países como a Arábia Saudita (Nye, 2004, pp. 12, 16, 52).

A principal limitação do *soft power* é o fato de que, especialmente nas sociedades democráticas, ele não está sob o controle absoluto do Estado, ao contrário do *hard power* (Nye, 2004, pp. 15, 17). Grande parte da atração dos Estados Unidos, por exemplo, não foi produzida pelo governo americano, mas sim pela sociedade civil, nomeadamente Hollywood.

Como já referido, a democratização tecnológica colocou atores não estatais como as organizações não governamentais, grupos de lóbi, corporações transnacionais e indivíduos no palco internacional (Nye, 2004, p. 90), como potenciais agentes de *soft power*. Paradoxalmente, além de influenciarem internacionalmente em nome do respectivo país, tais atores podem afetar negativamente o *soft power* ao transmitirem valores internacionalmente questionáveis, como os que expressam preconceito, discriminação, racismo, desrespeito social, entre outros.

3.4 O *sharp power*

O *sharp power* é o modelo ideológico que privilegia o viés autoritário em detrimento da atração e influência inerentes ao *soft power* (Nye, 2019, p. 16; Walker & Ludwig, 2017a, p. 6).

Embora já tenha sido relacionado a outras realidades (Biersteker, 2020; Waler, 2018, p. 16), o conceito é predominantemente associado à China e à Rússia, como instrumento de domínio na geopolítica internacional (Ash, 2019; Bandurski, 2019; Cole, 2018; Walker, Kalathil & Ludwig, 2020, p. 125). Porém, autores asiáticos classificam tais afirmações como narrativas ocidentais sem o devido respaldo (Jun, 2017; Peng, 2019; Si, 2018). A este respeito, Wang Guoqing, porta-voz do 13.º Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, afirmou o seguinte: «Accusing China of showing ‘sharp power’ by some western people is full of hype and bias [...] western countries demonstrate their ‘soft power’ or ‘smart power’, while claiming the same demonstration from China is ‘sharp power’» (Guoqing apud Yamei, 2018, para. 1-2). Assim, a natureza e a legitimidade do *sharp power* permanecem uma discussão em aberto.

Há especialistas que estudam o *sharp power* a partir da perspectiva do *soft power* (Bouvin, 2019), outros o enquadram como uma forma de *hard power* (Nye, 2019, p. 17). Também há os que o consideram uma ferramenta de *smart power*, es-

écie de estratégia que integra o *soft* e o *hard power* (Buchanan, 2018). Entretanto, quando conceberam o termo em 2017, Walker e Ludwig tinham em mente um poder com efeitos mais negativos do que positivos, definindo-o como aquele que «pierces, penetrates, or perforates the political and information environments in the target countries» (2017b, p. 7).

O *sharp power* realiza-se através de ações estatais carregadas de hostilidade à liberdade de expressão, ao debate aberto e às liberdades individuais (Walker & Ludwig, 2017b, p. 7). O padrão é aplicado com mais frequência à mídia, academia, elites políticas, setor editorial e *think tanks*, potencialmente provocando autocensura em todo o mundo (Nye, 2018). Concretamente, revela-se em ações como manipulação de opiniões, mascaramento de políticas, supressão de vozes (Walker & Ludwig, 2017b, p. 9), *bullying*, pressão, rejeição de vistos, corte de concessões, espionagem (The Economist, 2017), restrição de acesso a informações (Nye, 2018), manipulação de diásporas, interferência em eleições estrangeiras, censura, *fake news*, diplomacia caviar (corrupção) e controle individual através das capacidades de inteligência artificial e *big data* (Walker, 2018, pp. 11-17). Tais atributos de *sharp power* podem ser categorizados em duas variáveis: imposição e domínio. A imposição abarca atributos como desinformação e manipulação. De outro lado, o domínio engloba atributos como medidas autoritárias, controle, censura e interferência na liberdade (Santos, 2019, p. 82).

Assim, não é difícil perceber que o *sharp power* é apontado como uma postura negativa a colidir com padrões éticos. Frequentemente, é identificado com nomenclaturas como «China threat 3.0» (Koetse, 2018; Mandip, 2018, p. 9) ou «foreign political influence operations» (FPIO) (Cole, 2018, pp. 9-10). Contudo, a pandemia de covid-19 vem demonstrando que o *sharp power* pode ser elevado à condição de ferramenta útil e necessária ao acervo diplomático do Estado (Santos, 2020a, p. 90), sendo tão importante quanto o *soft* e o *hard power*, no mundo contemporâneo, especialmente quando combinado com o *soft power*. Na verdade, a ética envolve a escolha de ações certas ou boas em detrimento das ruins ou más, sendo o bem realizado pela aplicação de normas morais adequadas. Contudo, a complexidade e fragmentação do sistema internacional, a multiplicidade de nações e valores, dificulta o consenso sobre o conteúdo e significado de ética (Amstutz, 2013, p. 11).

Apesar da possível distinção entre o *sharp power* e a diplomacia pública em virtude dos meios de implementação (Taehwan, 2018), o *sharp power* é estudado no domínio da diplomacia pública (Melissen & Wang, 2019, p. 4), inclusive podendo servir como complemento eficiente ao *soft power* (Santos, 2019; Santos 2020a). Nesta perspectiva, o presente estudo evidenciará como a diplomacia do cidadão, enquanto uma das dimensões da diplomacia pública, também pode ser revestida de *sharp power*, com potencial impacto negativo para o Estado.

3.5 Enquadramento analítico

O enquadramento analítico pavimentará a exploração empírica, que objetiva identificar de que forma o *soft* e o *sharp power* se materializam na diplomacia do cidadão.

A revisão bibliográfica em torno do *soft power* aponta que, quando este emana do Estado, a variável «influência» reside nas instituições sólidas e a «atração» revela-se nos atributos relativos a políticas, cultura e valores (Nye, 2004, p. 8). A matriz para análise empírica desta pesquisa é construída a partir da projeção das variáveis e atributos de *soft power* na diplomacia do cidadão. Assim, quando praticada por indivíduos, a «influência» abarca atributos como abertura e respeito, competência e capacidades, manifestações culturais e desenvolvimento científico. Por sua vez, a «atração» pode ser observada em atributos como a disciplina, o respeito social e civil e a solidariedade. O mesmo procedimento é adotado em relação ao *sharp power*. No âmbito da diplomacia do cidadão, a variável «domínio» tem atributos como desobediência civil, protestos violentos, crimes, abandono e atitudes inseguras. A variável «imposição» tem como atributos a distração, a desinformação, o desrespeito, o preconceito e *bullying*, a hostilidade e o racismo. Assim, a matriz analítica a guiar a análise empírica desta investigação combina variáveis e atributos de *soft* e *sharp power* na diplomacia do cidadão (Figura 1).

VARIÁVEIS	SHARP POWER		NEUTRO	SOFT POWER	
	SH-P DOMÍNIO (D)	SH-P IMPOSIÇÃO (I)		SO-P INFLUÊNCIA (I)	SO-P ATRAÇÃO (A)
	•	•		•	•
ATRIBUTOS	COMANDO ←				COOPTAÇÃO →
	Desobediência civil (dc)	Distração e desinformação (dd)		Abertura e respeito (a)	Disciplina (d)
	Protestos violentos (p)	Desrespeito (de)		Manifestação cultural (m)	Respeito social (r)
	Crimes (cr)	Preconceito e bullying (pb)		Competência e capacidades (c)	Solidariedade (s)
	Abandono (ab)	Hostilidade (h)		Desenvolvimento científico (dc)	
	Atitude insegura (ai)	Racismo (ra)			

FIGURA 1. Escala de variáveis e atributos do *sharp power* e *soft power* na diplomacia do cidadão
 Fonte: elaborado pela autora, com inspiração em Santos (2019, p. 82)

Desta forma, medidas dos indivíduos na esfera doméstica com repercussão internacional enquadráveis no âmbito do domínio, imposição, influência e atração

são abrangidas pela diplomacia do cidadão no âmbito do *sharp* e do *soft power*. Tais ocorrências são analisadas empiricamente nesta investigação, conforme descrito na metodologia.

4. Metodologia

A investigação visa responder à questão: como a diplomacia do cidadão se diferencia em virtude do alinhamento ao *soft power* ou ao *sharp power*? Para obter a resposta à pergunta do tipo «como», é adotado o estudo de caso (Denzin & Lincoln 2005, p. xii), método apontado como ideal para captar detalhes de uma situação, oferecendo entendimento detalhado do objeto de estudo (Thomas, 2016, p. 37; Yin, 2002, pp. 2-5).

Tendo em vista a *nuance* qualitativa do método, são adotadas medidas contingenciais para promover a objetividade e consistência, procurando afastar os riscos à qualidade científica (Flick, 2007, pp. 2, 15-16). São elas: (1) adoção de estudo de caso múltiplo e (2) definição de padrão quanti-qualitativo para coleta e análise de dados (Yin, 2002, pp. 32-35).

O estudo de caso múltiplo é desenvolvido no «*embedded style*» (Yin, 2002, pp. 52-54), que considera subunidades de análise em uma unidade maior (Thomas, 2016, p. 177). A observação vai à subunidade e alinha-se ao contexto maior. Desta forma, evidencia diferenças e semelhanças, levando à maior consistência e melhor entendimento do tema central. Nomeadamente, a unidade maior de análise é a diplomacia do cidadão no enfrentamento da primeira onda da pandemia de covid-19. As subunidades de análise são China, Portugal e Brasil. A China foi escolhida por ter sido o primeiro país a enfrentar a pandemia (WHO, 2020b), tendo-o feito de forma exemplar (The Lancet, 2020). Portugal foi selecionado em virtude do reconhecimento em nível global do sucesso no controle da pandemia durante a primeira onda (Ames, 2020; Fernandes & Moynihan, 2020), nada obstante tal cenário tenha sido alterado durante a segunda onda (Silva, 2021). Por fim, a escolha do Brasil decorre de sua transformação em um dos epicentros mundiais da covid-19 no período analisado (Freitas, Silva & Cidade, 2020).

Nada obstante a diversidade cultural, social e econômica e política, a comparabilidade dos três países de diferentes continentes reside em duas premissas principais: (1) a necessidade que lhes foi imposta de enfrentamento da pandemia e (2) o fato de os três países exaltarem institucionalmente a centralidade do indivíduo para o Estado, através da exegese do respeito à dignidade humana (People's Republic of China, 1982, art. 38.º; República Federativa do Brasil, 1988, art. 1.º; República Portuguesa, 1976, art. 1.º). O perfil geral dos países está sumarizado na Tabela 1, através de características pertinentes ao objeto desta investigação.

TABELA 1. Dados gerais dos países selecionados para pesquisa empírica

PAÍS	HABITANTES (N.º)	TERRITÓRIO (KM²)	PIB PER CAPITA (US\$)	POSIÇÃO NO DEMOCRACY INDEX	CONTAMINADOS (ATÉ DEZ/2020)	MORTES (ATÉ DEZ/2020)
China	1.397.715.000	9.388.210	8.254,30	153.º	96.324	4.777
Portugal	10.269.417	91.605	24.590,40	22.º	392.996	6.556
Brasil	211.049.530	8.358.140	11.121,70	52.º	7.448.560	190.488

Fonte: elaborado pela autora, com dados de The Economist (2020), World Bank (2020) e WHO (2020c).

A coleta e análise de dados combinou técnicas quantitativas e qualitativas. Pela análise quantitativa, as ações de diplomacia do cidadão nos três países foram mapeadas, oferecendo visão numérica sobre os resultados internacionais. A observação foi feita a partir de notícias divulgadas internacionalmente. Neste particular cabe notar que, embora a perspectiva dos processos de comunicação internacional interprete as notícias como representação mediática da diplomacia do cidadão, caso em que a observação científica da diplomacia do cidadão seria melhor acomodada por métodos etnográficos, a visão das relações internacionais é diferente. Sob o ponto de vista das relações internacionais, a «mediated public diplomacy» é uma das estratégias de desenvolvimento do processo de diplomacia pública, sobretudo quando se pretende atingir a «vast majority of foreign citizens» (Golan, Manor & Arcenau, 2019, pp. 3-6). Nye enquadra tal situação entre as estratégias de conversão do poder (figura 2), constituindo etapa fundamental do processo de diplomacia pública, que favorece a conversão de recursos como a diplomacia do cidadão em resultados junto à comunidade internacional (2011, pp. 99-100). Notavelmente, dada também a inviabilidade de realização da observação direta em virtude das restrições de locomoção impostas pela própria pandemia, a análise da diplomacia do cidadão através das notícias publicadas em fonte influente internacionalmente apresenta-se como o caminho de pesquisa viável para a análise do tema. Tal estratégia de análise também tem o benefício de evidenciar a intersecção entre a diplomacia, a participação cívica e as ciências da comunicação, podendo inspirar novas análises a partir das ciências políticas ou de comunicação acerca dos dados analisados nesta pesquisa sob o ponto de vista das relações internacionais.

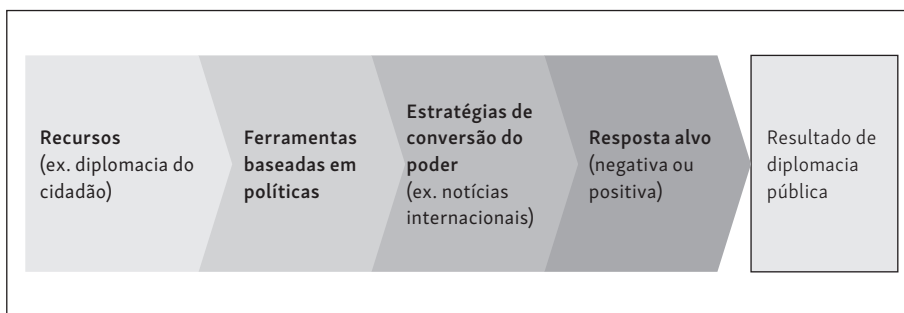


Figura 2. Processo de conversão de recursos em resultados de diplomacia pública

Fonte: elaborado pela autora com base em Nye (2011, p. 100).

A agência internacional de notícias Reuters foi escolhida como base de pesquisa porque, ao lado da AFP (Agence France-Press) e da AP (Associated Press), está entre as agências mais influentes do mundo (Aukia, Heimonen, Pahikkala & Salakoski, 2017, p. 252; Palmer, 2019, pp. ix-xi). Além disso, diferentemente da AFP e da AP, que têm raízes respectivamente na Europa e nos EUA, a (Thomson) Reuters é uma fusão europeia e norte-americana (Palmer, 2019, pp. 212-230). Anualmente, a Reuters distribui mais de dois milhões de notícias em mídia escrita e audiovisual para mais de 780 emissoras de televisão e 2000 serviços de mídia em 128 países (Reuters, 2020). Assim, a ampla exposição global, promovendo a influência internacional, alinha a Reuters às estratégias de conversão do poder no processo de diplomacia pública.

Os dados foram coletados no website da agência (<https://www.reuters.com>) no período de 1 de fevereiro de 2020 a 30 de abril de 2020 (primeira onda), através de três pesquisas booleanas sequenciais (Bryman, 2012, p. 655): (1) China + covid, (2) Portugal + covid e (3) Brazil + covid, considerando as notícias veiculadas no idioma inglês. Excluídas as duplicações, inclusive por atualização ou correção realizadas em mesma data, o total de notícias identificadas foram respectivamente: 1591, 61 e 242. Após a coleta, a autora revisou todas as notícias, selecionando aquelas que fizessem menção a ações individuais ou coletivas de cidadãos, realizadas em nome próprio ou em representação de interesses coletivos ou institucionais. Tendo em vista que a pesquisa parte da perspectiva *track-two diplomacy*, a seleção excluiu ações de representantes dos poderes estatais (executivo, legislativo e judiciário), já que neste caso tratar-se-ia da *track-one diplomacy*. Tal seleção resultou no número total de casos (N) de 1894 e 122 casos na amostra (n), tal como discriminado na Tabela 2.

TABELA 2. Resultados da coleta de notícias Reuters sobre diplomacia do cidadão (01.02 a 30.04.2020)

PAÍS	BUSCA BOOLEANA	NOTÍCIAS		
		TOTAL (EXCETO DUPLICATAS) (N)	SELECIONADAS (n)	DIPLOMACIA DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL
China	China + covid	1591	58	4%
Portugal	Portugal + covid	61	10	16%
Brasil	Brasil + covid	242	54	22%
		N = 1894	n = 122	

Fonte: elaborado pela autora, com dados colhidos na pesquisa empírica.

Para apoiar a análise, as notícias da amostra (*n*) foram categorizadas através da técnica de codificação (Krippendorff, 2004, pp. 99-101, 129-137). Uma tabela foi construída para cada um dos países. A primeira coluna contém os títulos das notícias, com os respectivos endereços eletrônicos na segunda coluna e as datas de publicação na terceira. Na quarta coluna, foi identificado o grupo em que se encaixa(m) o(s) cidadão(s), como por exemplo: negócios, *think tanks*, esportes, sindicatos, cidadãos em geral, entre outros. Na quinta coluna está resumida a principal mensagem transmitida, como deveres sociais, confinamento e retomada, abertura e respeito à diversidade, entre outros. O detalhamento de tais informações permitiu que a sexta coluna fosse dedicada à codificação de cada ação como *soft power* (SO-P), *sharp power* (SH-P) ou neutra (n), identificando a respectiva variável, de acordo com a matriz analítica (figura 1): domínio (D), imposição (I), influência (I) ou atração (A). Por fim, na sétima coluna foi apontado o atributo relacionado à variável. Algumas das notícias referem-se a duas ou mais intervenções de indivíduos. Neste caso, cada uma delas foi analisada separadamente a partir da quarta coluna, gerando a bifurcação da análise a partir deste ponto (exemplo: Brasil na Tabela 3). Isto significa que uma mesma notícia pode apresentar mais de uma ação de diplomacia do cidadão. A Tabela 3 mostra exemplos dos resultados em relação aos três países, organizados em sete colunas.

TABELA 3. Exemplos da aplicação da metodologia de codificação em notícias mapeadas da China, Portugal e Brasil

NEWS	WEBLINK	DATE	GROUP	ADVOCACY / MESSAGE	(SO-P) / (SH-P) / (N)	ATTRIBUTE
[China] China tightens Russia border checks, approves coronavirus vaccine trials	https://reuters/2xrELsX	Apr 15	Universities Health sector	Science development Control of pandemic	SO-P (I) SO-P (I)	scientific development competence and capacities
[Portugal] Portugal relaxes coronavirus lockdown with 'sector-by-sector' plan	https://reuters/3d3ps1z	Apr 30	Citizens in general	Social duties (safety)	SO-P (A)	discipline
[Brasil] As Latin America locks down, trans sex workers struggle to survive	https://reuters/34ZByWy	Apr 24	LGBT+ NGO	Government financial aid Human rights: LGBT+ bias	SO-P (I) SH-P (I)	openness and respect bias and bullying

Fonte: elaborado pela autora a partir de casos extraídos do banco de dados da pesquisa (tabelas de codificação).

A codificação aplicada às informações colhidas permitiu a quantificação dos casos da amostra (Apêndice). A partir dessa estratificação, aplicando-se o critério da frequência (Krippendorff, 2004, pp. 115-116), a análise qualitativa focou os casos de *soft power* e *sharp power* que representam pelo menos 50% das ocorrências em cada país. Os achados levam à resposta da questão de pesquisa, conforme delineado na próxima seção.

5. O *soft* e o *sharp power* na diplomacia do cidadão: resultados, discussão e análise

Quantitativamente, a análise empírica dos casos da amostra (n) revelou a existência de 110 ações de diplomacia do cidadão na China, 12 em Portugal e 64 no Brasil. Em Portugal, todas as medidas estão alinhadas ao *soft power*. No caso da China e do Brasil, dividem-se entre *soft*, *sharp power* e neutras, tal como especificado na Tabela 4, que traz também o detalhamento da quantificação das variáveis. A análise demonstrou que a diplomacia do cidadão emana tanto *soft power* quanto *sharp power*. Na verdade, durante o enfrentamento da pandemia de covid-19 nos países analisados durante a primeira onda, a diplomacia do cidadão foi exercida preponderantemente através do *soft power* (71% das ações). Por outro lado, não é desprezível o número total de ações revestidas de *sharp power* (21%). Nada obstante as

semelhanças, o olhar particularizado sobre cada um dos países revela diferentes comportamentos. Assim, a análise quantitativa mais específica e o diagnóstico qualitativo, apresentados nas subseções seguintes, oferecem a resposta à questão de pesquisa: como é que a diplomacia do cidadão se diferencia em virtude do alinhamento ao *soft power* ou ao *sharp power*?

TABELA 4. Resultado quantitativo geral da investigação empírica

PAÍS	CASOS NA AMOSTRA (N)	AÇÕES DE DIPLOMACIA DO CIDADÃO	SHARP POWER			NEUTRO	SOFT POWER		
			DOMÍNIO	IMPOSIÇÃO	TOTAL		INFLUÊNCIA	ATRAÇÃO	TOTAL
China	58	110	5	20	25	10	48	27	75
Portugal	10	12	0	0	0	0	6	6	12
Brasil	54	64	5	9	14	5	26	19	45
SOMATÓRIA	122	186	10	29	39	15	80	52	132

Fonte: elaborado pela autora, com dados resumidos a partir do banco de dados da pesquisa.

5.1 O *soft power* na diplomacia do cidadão

No geral, o *soft power* foi observado na diplomacia do cidadão dos países analisados nos atributos abertura e respeito, competência e capacidades, além de desenvolvimento científico no âmbito da variável influência. Já a variável atração foi verificada nos atributos disciplina, respeito social e solidariedade. No caso específico da China e do Brasil preponderou a variável influência. Em Portugal, as 12 ocorrências classificam-se igualmente entre influência e atração. A Tabela 5 apresenta o quadro resumo do Apêndice com a completa análise quantitativa a que se refere esta seção.

Nos três países, o atributo competência e capacidades sobressai na variável influência, entretanto, com características distintas. Em Portugal, mais de 50% das ações sob tal atributo tem origem na diáspora portuguesa. Exemplo disso é a profissionalização dos trabalhadores portugueses da saúde atuando no Reino Unido, exaltada pelo primeiro ministro britânico (Kaye & MacLellan, 2020). No Brasil, mais de 50% das ações do referido atributo foram promovidas por pessoas da área de negócios (*business*). Entre tais estão situações de líderes empresariais com mensagens de otimismo na retomada da crise, como a exaltação do lucro trimestral de empresa de bebidas (Strauss, Jacob-Phillips & Sithole-Matarise, 2020), ou a advocacia de programas privados de socorro econômico a pequenas empresas (Alves, 2020).

TABELA 5. Quadro resumo do perfil quantitativo do soft power na diplomacia do cidadão

VARIÁVEL	SOFT POWER	NÚMERO DE AÇÕES POR PAÍS		
	ATRIBUTO	CHINA	PORTUGAL	BRASIL
Influência (I)	Abertura e respeito (a)	1	1	2
	Competência e capacidades (c)	34	5	19
	Desenvolvimento científico (dc)	12	0	5
	SUBTOTAL	47	6	26
Atração (A)	Disciplina (d)	13	3	11
	Respeito social (r)	7	2	2
	Solidariedade (s)	8	1	6
	SUBTOTAL	28	6	19
TOTAL (ATRIBUTOS I + A)		75	12	45

Fonte: elaborado pela autora, com dados resumidos a partir do banco de dados da pesquisa.

Na China, 50% das ações do atributo competência e capacidades (variável influência) são originários da área de negócios, incluindo não apenas indivíduos ligados a grandes negócios, como no Brasil, mas também pequenos empresários. Entre os exemplos do primeiro pode ser citado o chefe de soluções multi-ativos de entidade financeira de Hong Kong, exaltando a reação positiva do mercado chinês diante da crise (Murugaboopathy & Westbrook, 2020). Entre os segundos estão os depoimentos de pequenos empresários chineses sobre a gestão durante a crise decorrente da pandemia (Wang & Crossley, 2020).

No que se refere à variável atração, destacou-se o atributo disciplina como fonte de soft power da diplomacia do cidadão nos três países. Na China e no Brasil, os principais atores neste atributo foram os do ramo esportivo. Na China, pode ser destacado o exemplo do CEO do Guangzhou R&F da Chinese Super League, afirmando que o início da temporada seguiria as diretrizes de segurança social (Nair & Rutherford, 2020). Além disso, há o exemplo dos jogadores brasileiros em grandes times mundiais, em compliance com as diretrizes de distanciamento e confinamento (Homewood & Sarkar, 2020; Nair & Ferris, 2020). Em Portugal destacaram-se cidadãos membros da elite política, como o ex-ministro e consultor Bruno Mações que ganhou espaço para defender medidas de combate ao vírus (Barker, Tostevin & Ghoshal, 2020), além de imigrantes residentes em Portugal que testemunharam o tratamento respeitoso durante a quarentena (Walderssee & Cawthorne, 2020) e ainda os cidadãos em geral, que demonstram grande disci-

plina e adesão às regras de confinamento e distanciamento social (Demony, Gonçalves & Waldersee, 2020).

Na análise global, considerando o quadro conjunto dos três países, 89 do total de 132 ações de *soft power* (67%) foram praticadas por indivíduos dos grupos negócios (23 ações), trabalhadores (18), cidadãos em geral (15), esportes (13), consultoria (10) e universidades (10). Além dos exemplos já mencionados em relação ao atributo competência e capacidades (variável influência) e à disciplina (variável atração), vale lançar luz sobre outros destaques. Os indivíduos ligados a negócios e esportes, bem como cidadãos em geral, sobressaíram-se quanto à solidariedade (variável atração). É o caso das contribuições filantrópicas de empresários chineses (Baker, 2020a) e campanhas de doações lideradas por jogadores de futebol (Downie & Davis, 2020; Downie & Osmond, 2020), além das moradias disponibilizadas por proprietários portugueses para hospedagem gratuita de profissionais da saúde (Waldersee, 2020).

Adicionalmente podem ser ressaltadas as medidas dos diplomatas trabalhadores e cidadãos no espectro do atributo respeito social (variável atração). Exemplos disso são o respeito e a empatia demonstrados em Wuhan durante o levantamento do confinamento (Goh, 2020a). Ações de representantes ligados às universidades devem ser destacadas no atributo desenvolvimento científico (variável influência), no campo das pesquisas realizadas acerca da nova enfermidade na China e no Brasil (Goh, 2020b; Spring & Fonseca, 2020).

5.2 O *sharp power* na diplomacia do cidadão

O *sharp power* foi constatado apenas na diplomacia do cidadão brasileira e chinesa. Nestes casos foi observado sob a variável domínio nos atributos protestos violentos, crimes, abandono e atitude insegura. Também foi verificado sob a variável imposição, nos atributos distração e informação, preconceito e *bullying* e hostilidade (Tabela 6). Tanto na China como no Brasil, mais de 50% das ações neste campo foram operadas sob a variável imposição. Na China destacaram-se os atributos preconceito e *bullying* (12 ações, 48%) e distração e desinformação (5 ações 20%). No Brasil, as ações concentraram-se no atributo distração e desinformação (8 ações, 57%).

TABELA 6. Quadro resumo do perfil quantitativo do *sharp power* na diplomacia do cidadão

VARIÁVEL	SHARP POWER	NÚMERO DE AÇÕES POR PAÍS	
	ATRIBUTO	CHINA	BRASIL
Domínio (D)	Protestos violentos (p)	1	0
	Crimes (cr)	0	1
	Abandono (ab)	0	1
	Atitude insegura (ai)	4	3
	SUBTOTAL	5	5
Imposição (I)	Distração e desinformação (dd)	5	8
	Preconceito e <i>bullying</i> (pb)	12	1
	Hostilidade (h)	3	0
	SUBTOTAL	20	9
TOTAL (ATRIBUTOS D + I)		25	14

Fonte: elaborado pela autora, com dados resumidos a partir do banco de dados da pesquisa.

O atributo distração e desinformação destacado pela diplomacia do cidadão está presente em oito ações no Brasil. Elas foram praticadas por indivíduos de diferentes grupos: cidadãos em geral, elite política, indígenas, líderes religiosos, ONG, trabalhadores, transgressores da lei e universidades (detalhes no Apêndice). Nestes casos, a maioria das manifestações foi relacionada ao negacionismo. São exemplos os cidadãos aglomerados realizando manifestações de apoio ao presidente Jair Bolsonaro (Fonseca, Orlofsky & Bell, 2020), a fuga de prisioneiros revoltados com a decretação de medidas preventivas à transmissão do coronavírus (Baker, 2020b) ou líderes religiosos pleiteando a exclusão das igrejas das medidas de distanciamento social (Boadle, Paraguassu & Osterman, 2020).

Na China, as medidas sob o atributo distração e desinformação foram praticadas por cidadãos em geral e os do setor de saúde. É o caso do morador de Wuhan insatisfeito com as medidas de quarentena e isolamento e a declaração sobre o excesso das medidas proferidas pelo presidente do Jinyintan Hospital (Goh, 2020b).

A maior parte das ações chinesas sob a égide da variável imposição (48%) operaram no atributo preconceito e *bullying*, sendo praticadas sobretudo por cidadãos e empresários. O preconceito manifestado contra africanos em Guangzhou tanto por cidadãos em geral quanto empresários (Kirton, 2020) são exemplos, assim como os casos de preconceito contra nacionais da China voltando do exterior, praticados por cidadãos chineses da cidade de Suifenhe (Tian & Wu, 2020).

Por fim, vale destacar que, tanto na China quanto no Brasil, as medidas relacionadas à variável domínio prevaleceram no atributo atividade insegura, ilustradas por trabalhadores brasileiros e chineses em condições inseguras (Chandran, 2020; Teixeira, 2020). No Brasil também foi identificada ocorrência no atributo crimes, na qual traficantes de entorpecentes lamentam a queda no tráfico internacional, em face de restrições no trânsito portuário (Stargardt & Jorgic, 2020). Na China houve o mapeamento de uma ação relativa ao atributo protestos violentos, consubstanciada em confrontos de populares com a polícia em manifestações nas ruas de Hong Kong (Tam & Jim, 2020).

5.3 Análises finais

Efetivamente, a diplomacia do cidadão é um instrumento relevante para a diplomacia pública. Neste contexto, a análise empírica evidenciou dois pontos que merecem atenção: as variações na operacionalização nos países e a necessidade de mediação ou agência governamental, para que a diplomacia do cidadão interaja com a estratégia de diplomacia pública do Estado. Neste particular, além de serem consideradas estratégias de conversão de poder para resultados de diplomacia pública, o produto das agências internacionais de notícias pode ser monitorizado e subsidiar a gestão das percepções pelos profissionais de relações públicas (Sebastião, 2015, pp. 92-93) para que, mediante a agência governamental, sejam consideradas na formação de políticas que favoreçam a reputação, atratividade e influência do país no sistema internacional. Neste particular, o modelo de convergência internacional de Van Dyke & Verčič mapeia exatamente o ponto de convergência entre a diplomacia pública, as relações internacionais e a comunicação e o respectivo fluxo operacional (2009, pp. 918-919). No caso da diplomacia do cidadão é importante que as ações dos indivíduos com impacto internacional sejam visualizados como inputs do processo.

Nesse contexto, a educação dos cidadãos sobre direitos e deveres no ambiente democrático participativo seja pelo autodesenvolvimento ou promoção estatal (Martins, 2004, pp. 82, 138), além do maior entendimento de seu duplo papel, simultaneamente como audiência global e como atores internacionais, são providências poderosas (Snow, 2020, pp. 9-10). A aproximação e comunicação entre Estado e cidadãos pode ocorrer através de estruturas de conversas nacionais (Nye, 2010). Exemplo interessante é o Center for People Diplomacy, atrelado à Korea Foundation e ao Ministério das Relações Exteriores da Coreia do Sul, em maio de 2018, para envolvimento dos cidadãos no planejamento, implementação e avaliação da diplomacia pública, como medida institucional de desenvolvimento sustentável do instituto (Choi, 2019). Assim, a capacidade de mediação da diplomacia do cidadão é crucial aos estados, mas deve ser alinhada a cada realidade. Nada

obstante os processos e procedimentos possam ser universalmente aplicados, os conteúdos devem resultar de diagnósticos específicos. Exemplificativamente, o diagnóstico dos grupos a que preponderantemente pertencem os atores da diplomacia do cidadão são um caminho no direcionamento de esforços. O fato é que as soluções não são do tipo *one size fits all*.

6. Conclusão

Na era comunicação global, a diplomacia do cidadão não deve ser negligenciada. A perspectiva construtivista contribui para o entendimento de que as ideias, normas e discurso decorrentes das interações da diplomacia do cidadão na dimensão doméstica podem impactar a formatação da identidade e dos interesses do país, influenciando a percepção internacional. Muito antes, ela pode constituir uma vigorosa ferramenta de diplomacia pública, complementando a atividade estatal. De outro lado, o paradoxo da diplomacia do cidadão revela que a mesma pode ser um tiro mortal para o *soft power*, quando a ação dos indivíduos é alvo de autoritarismo por parte do Estado ou quando não há o devido endereçamento pela política externa, especialmente nos casos em que os cidadãos atuam através do *sharp power*.

A diplomacia do cidadão fundada na *track-two diplomacy* é uma tendência contemporânea. Contudo, a integração à estratégia de política externa do Estado, como ferramenta de diplomacia pública demanda a observância do modelo *multi-track diplomacy*. Nesse particular, o enfrentamento da pandemia de covid-19 pela China, Portugal e Brasil durante a primeira onda da pandemia serviu como um caudaloso objeto para análise do fenômeno.

A matriz de análise construída a partir da revisão bibliográfica em torno do *soft power* e do *sharp power* é um relevante resultado desta investigação. A denominada «escala de variáveis e atributos do *sharp power* e *soft power* na diplomacia do cidadão» (figura 1) é uma ferramenta relevante porque provê a operacionalização do *sharp* e do *soft power* da diplomacia no cidadão, servindo a futuras investigações e desenvolvimentos.

A análise com as lentes da escala permitiu responder à questão de pesquisa, ao mostrar como a diplomacia do cidadão é operacionalizada através do *soft* e do *sharp power*. O primeiro está presente em ações dos indivíduos dotadas de abertura e respeito, competência e capacidades, desenvolvimento científico, disciplina e respeito social, além da solidariedade. Por outro lado, o *sharp power* reside fundamentalmente em medidas como participação em protestos violentos, crimes, promoção do abandono, atitudes que provoquem a insegurança social, ações de desinformação ou distração, preconceito e *bullying*, além da hostilidade.

Os resultados levam à constatação sobre o potencial da diplomacia do cidadão como instrumento de diplomacia pública. Contudo, faz-se primordial a mediação

ou agência governamental para que o instituto não seja um obstáculo à influência internacional do Estado. Neste particular, novas competências passam a ser exigidas dos diplomatas e dos ministérios das relações exteriores, porque o novo cenário exige integração eficaz da pletera de diplomacias hifenizadas, como a diplomacia do cidadão, ao repertório diplomático ou, ao menos, que sejam diagnosticadas e levadas em consideração nas análises estratégicas.

O estudo revelou ainda que o desenvolvimento difere nas diversas realidades, dificultando soluções do tipo *one size fits all*. Desta forma, ainda que haja a possibilidade de adoção indistinta de procedimentos e processos, como a composição de comitês, atividades culturais, sociais e educacionais, o respectivo conteúdo específico deve resultar de atento diagnóstico e incorporação estratégica da diplomacia do cidadão à diplomacia pública coordenada pelo Estado.

Futuros desenvolvimentos podem envolver análises em outras regiões geográficas, bem como a avaliação e medição do impacto e repercussão das notícias da Reuters sobre diplomacia do cidadão em países específicos. Os dados apresentados nesta investigação também podem ser objeto de futura análise a partir da perspectiva das ciências da comunicação e da política, dando maior ênfase à participação política e à representação mediática da diplomacia do cidadão. Além disso, análise semelhante adotando agências internacionais de notícias asiáticas como fonte de pesquisa pode complementar os achados aqui apresentados, oferecendo novos *insights* sobre o potencial e caminhos para a integração da diplomacia do cidadão aos esforços oficiais de diplomacia pública.

Agradecimentos

A autora agradece os revisores anônimos pela dedicada leitura e contribuições fundamentais para a versão final deste artigo.

Referências

- Ames, P. (2020, April 14). How Portugal became Europe's coronavirus exception. *Politico*. Retrieved from <https://www.politico.eu/article/how-portugal-became-europes-coronavirus-exception/>
- Amstutz, M. R. (2013). *International ethics: Concepts, theories, and cases in global politics* (4th ed.). Lanham: Rowman & Littlefield.
- Arceneaux, P., & Powers, S. (2020). International broadcasting. In N. Snow & N. J. Cull (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (2nd ed.) (pp. 50-63). London: Routledge.
- Ash, T. (2019, May 9). The rise of 'sharp power lending'. *Financial Times*. Retrieved from <https://www.ft.com/content/54710334-7197-11e9-bbfb-5c68069fbd15>

- Aukia, J., Heimonen, J., Pahikkala, T., & Salakoski, T. (2017). Automated quantification of Reuters news using a receiver operating characteristic curve analysis: the western media image of China. *Global Media and China*, 2(3-4), 251-268. doi:10.1177/2059436418754890
- Bacon, F. (1908). *Essays*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Bandurski, D. (2019). Documenting China's Influence. In I. Franceschini, N. Loubere, K. Lin, E. Nesossi, A. Pia & C. Sorace (Eds.), *Dog days: Made in China yearbook 2018*. Canberra: ANU Press.
- Barnett, M. (2014). Social Constructivism. In J. Baylis, S. Smith & P. Owens (Eds.), *The globalization of world politics: An introduction to international relations* (6th ed.) (pp. 155-168). Oxford: Oxford University Press.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity.
- Becher, T., & Frerichs, I. (2020, July 28). Mortality in covid-19 is not merely a question of resource availability. *Elsevier Public Health Emergency Collection*. Advance online publication. doi:10.1016/S2213-2600(20)30312-X
- Biersteker, T. (2020). The potential of Europe's sharp and soft power. *Global Policy*, 11(3), 384-387. doi:10.1111/1758-5899.12815.
- Bouvin, M. (2019, June 7). The hard edge of China's soft power. *Global Security Review*. Retrieved from <https://globalsecurityreview.com/hard-edge-china-soft-power/>
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Buchanan, P. (2018, October 24). Confronting sharp power. *36th-parallel Geopolitics and Strategic Assessments*. Retrieved from <https://36th-parallel.com/2018/10/24/confronting-sharp-power/>
- Casciano, D. (2020). Covid-19, discipline and blame: From Italy with a call for alternative futures. *Journal of Extreme Anthropology*, 4(1), E18-E24. doi:10.5617/jea.7864.
- Cha, V. (2020, April 10). South Korea offers a lesson in best practices: The United States may be left with only the most invasive of them. *Foreign Affairs*. Retrieved from <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-10/south-korea-offers-lesson-best-practices>
- Cheng, K. K., Lam, T. H., & Leung, C. C. (2020, April 16). Wearing face masks in the community during the covid-19 pandemic: Altruism and solidarity. *The Lancet*. Advance online publication. doi:10.1016/S0140-6736(20)30918-1
- Choi, K.-j. (2019, March 19). Peoplomacy vs. Diplomacy: The diplomatic evolution. [USC Center on Public Diplomacy Blog post]. Retrieved from <https://www.uscpublicdiplomacy.org/blog/peoplomacy-vs-diplomacy-diplomatic-evolution>
- Clinton, H. R. (2011). Leading through civilian power: Redefining American diplomacy and development. *Foreign Affairs*, 89(6), 13-24.
- Cole, M. (2018). *The hard edge of sharp power: Understanding China's influence operations abroad*. Ottawa: Macdonald-Laurier Institute.
- Cull, N. J. (2008). Public diplomacy: Taxonomies and histories. *Annals AAPSS*, 616, 31-54. doi:10.1177/0002716207311952
- Cull, N. J. (2019). *Public diplomacy: Foundations for global engagement in the digital age*. Medford: Polity.

- Cull, N. J. (2020). Public diplomacy before Gullion: The evolution of a phrase. In N. Snow & N. J. Cull (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (2nd ed.) (pp. 13-18). New York: Routledge.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. (2005). Preface. In N. K. Denzini & Yvonna S. L. (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage.
- Diamond, L., & McDonald, J. (1996). *Multi-track diplomacy: A systems approach to peace*. West Hartford: Kumarian Press.
- Fernandes, E., & Moynihan, R. (2020, April 23). Portugal shares a border with Spain but its death toll is 30 times lower. Here's how the country curbed the spread of the coronavirus. *Business Insider*. Retrieved from <https://www.businessinsider.com/portuguese-covid-19-died-infected-outbreak-pandemic-crisis-2020-4>
- Fierke, K. M. (2010). In T. Dunne, M. Kurki & S. Smith (Eds.), *International relations theories* (3rd ed.) (pp. 187-204). Oxford: Oxford University Press.
- Flick, U. (2007). *Managing quality in qualitative research*. London: Sage.
- Freitas, C. M. de, Silva, I. V. de M., & Cidade, N. da C. (2020). Covid-19 as a global disaster: Challenges to risk governance and social vulnerability in Brazil. *Ambiente & Sociedade*, 23, 1-12. doi:10.1590/1809-4422asoc20200115vu2020l3id
- Fulda, A. (2019). The emergence of citizen diplomacy in European Union–China relations: Principles, pillars, pioneers, paradoxes. *Diplomacy & Statecraft*, 30(1), 188-216. doi:10.1080/09592296.2019.1557419
- Ghebreyesus, T. A. (2020, March 11). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on covid-19 – 11 March 2020*. Retrieved from <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>
- Gilboa, E. (2008). Searching for a theory of public diplomacy. *Annals AAPSS*, 616, 55-77. doi:10.1177/0002716207312142
- Goff, P. M. (2020). Cultural diplomacy. In N. Snow & N. J. Cull (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (2nd ed.) (pp. 30-37). London: Routledge.
- Golan, G. J., Manor, I., & Arcenaux, P. (2019). Mediated public diplomacy redefined: Foreign stakeholder engagement via paid, earned, shared, and owned media. *American Behavioral Scientist*, 1-19. Advance online publication. doi:10.1177/0002764219835279
- Haerpfer, C., Bernhagen, P., Inglehart, R., & Welzel, C. (2009). Introduction. In C. Haerpfer, P. Bernhagen, R. Inglehart & C. Welzel (Eds.), *Democratization* (pp. 1-7). Oxford: Oxford University Press.
- Hartig, F. (2019). *Public diplomacy: Internationale PR für Staaten eine Annäherung*. Wiesbaden: Springer.
- Hayden, C. (2011). *The rhetoric of soft power: Public diplomacy in global contexts*. London: Lexington Books.
- Hocking, B., Melissen, J., Riordan, S., & Sharp, P. (2012). Futures for diplomacy: integrative diplomacy in the 21st century (Clingendael Paper n. 3). The Hague: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'.
- Jaffe, S. (2020, April 11). Regulators split on antimalarials for covid-19: US and French authorities have authorised the use of chloroquine and hydroxychloroquine, but the EU reg-

- ulator and WHO say the science doesn't support the decision. *The Lancet*, 395(10231), 1179. doi:10.1016/S0140-6736(20)30817-5
- Jesus, J. D. de. (2014). Diplomacia. In N. C. Mendes & F. P. Coutinho (Eds.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: D. Quixote.
- John, M., & Clarke, D. (2020, December 27). Factbox – European Union launches its covid-19 vaccination campaign. *Reuters*. Retrieved from <https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-europe-vaccines-idUSKBN2910D3>
- Jun, A. (2017, December 19). Why The Economist failed to grasp China's influence? *Global Times*. Retrieved from <http://www.globaltimes.cn/content/1081108.shtml>
- Kennedy, J. F. (1961, January 20). *Inaugural address: Ask not what your country can do for you*. Retrieved from <https://www.ushistory.org/documents/ask-not.htm>
- Koetse, M. (2018). On 'Sharp Power' & the China Threat 3.0: The West is mentally stuck in the Cold War Era. *China Insight*. Retrieved from <https://www.whatsonweibo.com/on-sharp-power-the-china-threat-3-0-the-west-is-mentally-stuck-in-cold-war-era/>
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Kuiper, M. E., Bruijn, L., Folmer, C. R., Olthuis, E., Brownlee, M., Kooistra, E. B., Fine, A., & Rooij, B. van (2020). *The intelligent lockdown: Compliance with covid-19 mitigation measures in the Netherlands* (Legal Studies General Subserie Research Paper no. 2020-02). Amsterdam: Amsterdam Law School.
- Larrauri, A. et al. (2020). The first wave of the covid-19 pandemic in Spain: Characterisation of cases and risk factors for severe outcomes, as at 27 April 2020. *Euro Surveill: Europe's journal on infectious disease surveillance, epidemiology, prevention and control*, 25(50), 1-13. doi:10.2807/1560-7917.ES.2020.25.50.2001431
- Magalhães, J. C. de. (1982). *A diplomacia pura*. Lisboa: APRI.
- Mandip, S. (2018). From smart power to sharp power: How China promotes her national interests. *Journal of Defence Studies*, 12(3), 5-25.
- Marshall, J. (1949). International affairs: Citizen diplomacy. *The American Political Science Review*, 43, 83-90.
- Martino, L. di. (2020). The spectrum of listening. In N. Snow & N. J. Cull (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (2nd ed.) (pp. 21-29). London: Routledge.
- Martins, M. M. (2004). *Participação política e democracia: O caso português 1976-2000*. Lisboa: ISCSP.
- Melissen, J. (1999). Introduction. In J. Melissen (Ed.), *Innovation in diplomatic practice*. New York: Palgrave.
- Melissen, J. (2001). *Beyond the new public diplomacy* (Clingendael Paper n. 3). The Hague: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'.
- Melissen, J. (2005). The new public diplomacy: Between theory and practice. In J. Melissen (Ed.), *The new public diplomacy: Soft power in international relations*. New York: Palgrave.
- Melissen, J., & Wang, J. (2019). Introduction: Debating public diplomacy. *The Hague Journal of Diplomacy*, 14, 1-5. doi:10.1163/1871191X-14101064
- Mendes, N. C. (2017). *História e conjuntura das relações internacionais*. Lisboa: ISCSP.

- Nan, S., Druckman, D., & Horr, J. E. (2009). Unofficial international conflict resolution: Is there a track ½? Are there best practices? *Conflict Resolution Quarterly*, 27(1), 65-82. doi:10.1002/crq.248
- Norris, P. (2004, October 1-2). *Young people & political activism: From the politics of loyalties to the politics of choice?* Paper presented at the conference Civic Engagement in the 21st Century: Toward a Scholarly and Practical Agenda. University of Southern California, United States.
- Nye, J. S., Jr. (1991). *Bound to lead: The changing nature of American power*. New York: Basic Books.
- Nye, J. S., Jr. (2004). *Soft power: The means to success in world politics* (4th ed.). New York: Public Affairs.
- Nye, J. S., Jr. (2008). Public diplomacy and soft power. *Annals AAPSS*, 616, 94-109. doi:10.1177/0002716207311699
- Nye, J. S., Jr. (2010, October 4). The pros and cons of citizen diplomacy. *New York Times*. Retrieved from <https://www.nytimes.com/2010/10/05/opinion/05iht-ednye.html>
- Nye, J. S., Jr. (2011). *The future of power*. New York: Public Affairs.
- Nye, J. S., Jr. (2018). China's soft and sharp power. *Project Syndicate*. Retrieved from <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-soft-and-sharp-power-by-joseph-s-nye-2018-01>
- Nye, J. S., Jr. (2019). Soft power and public diplomacy revisited. *The Hague Journal of Diplomacy*, 14, 7-20. doi:10.1163/1871191X-14101013.
- Palmer, M. (2019). *International news agencies: A history*. Cham: Palgrave.
- Peng, W. (2019, May 2). Unpacking Misconceptions. *Beijing Review*, 28. Retrieved from http://www.bjreview.com/CHINA_INSIGHT_2019/MAY_2019/201907/t20190702_800172475.html
- People's Republic of China (*Zhōnghuá rénmín gònghéguó* 中华人民共和国). (1982). *The Constitution of the People's Republic of China*. Retrieved from http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Constitution/node_2825.htm
- Pisarska, K. (2016). *The domestic dimension of public diplomacy: Evaluating success through civil engagement*. London: Palgrave MacMillan.
- Powers, S. & Samuel-Azran, T. (2015). A microeconomic approach to international broadcasting. *The Journal of International Communication*, 21(1), 58-77. doi:10.1080/13216597.2014.992454
- República Federativa do Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- República Portuguesa. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Retrieved from <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Reus-Smit, C. (2005). Constructivism. In S. Burchill, A. Liklater, R. Devetak, J. Donnelly, M. Paterson, C. Reus-Smit & J. True, *Theories of international relations* (3rd ed.) (pp. 188-212). London: Palgrave.
- Reuters. (2020). Reuters News Agency. *Reuters*. Retrieved from <https://www.reutersagency.com/en/about/about-us/>.

- Samuel-Azran, T., Ilovici, B., Zari, I., & Geduld, O. (2019). Practicing citizen diplomacy 2.0: “The Hot Dudes and Hummus – Israel’s Yummiest” campaign for Israel’s branding. *Place Branding and Public Diplomacy*, 15(1), 38-49. doi:10.1057/s41254-018-00111-5
- Santos, N. A. S. F. dos. (2019). Soft and sharp power in area studies of China: The Chinese public diplomacy in the UNESCO creative cities network. *Daxiyangguo Portuguese Journal of Asian Studies*, 24, 73-101. doi:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.73-101
- Santos, N. A. S. F. dos (2020a). Covid-19 & Chinese public diplomacy: Soft power, sharp power and ethics. *Public Diplomacy Magazine*, 23, 88-90.
- Santos, N. A. S. F. dos. (2020b). Crossroads between city diplomacy and city branding towards the future: Case study on the film cities at UNESCO Creative Cities Network. *Place Branding and Public Diplomacy*. Advance online publication. doi:10.1057/s41254-020-00174-3
- Schindler, C. E. (2018). *The origins of public diplomacy in US statecraft: Uncovering a forgotten tradition*. Cham: Palgrave.
- Scott-Smith, G. (2020). Exchange programs and public diplomacy. In N. Snow & N. J. Cull (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (2nd ed.) (pp. 38-49). London: Routledge.
- Sebastião, S. P. (2015). As relações públicas internacionais e a diplomacia: Elementos, modelos e actores. In G. Gonçalves & T. Martins (Org.), *Interfaces da comunicação com a cultura* (Vol. IV) (pp. 77-98). Covilhã: LABCOM.
- Sharp, P. (2001). Making sense of citizen diplomats: The people of Duluth, Minnesota, as international actors. *International Studies Perspectives*, 2, 131-150.
- Sharp, P. (2005). Revolutionary states: Outlaw regimes and the techniques of public diplomacy. In J. Melissen (Ed.), *The new public diplomacy: Soft power in international relations*. New York: Palgrave.
- Si, L. (2018, February 13). Spotlight: Who’s behind the term “sharp power”? *Xinhua*. Retrieved from http://www.xinhuanet.com/english/2018-02/13/c_136972986.htm
- Silva, H. T. da. (2021, January 14). Covid-19. Novo recorde de casos (10.698) em Portugal. Há mais 148 mortos e 5063 recuperados. *Expresso*. Retrieved from <https://expresso.pt/coronavirus/2021-01-14-Covid-19.-Novo-recorde-de-casos--10.698--em-Portugal.-Ha-mais-148-mortos-e-5063-recuperados>
- Slaughter, A.-M., & Hale, T. (2013). International relations, principal theories, In A. Peters & R. Wolfrum (Eds.), *Max Planck encyclopedia of international law*, pp.1-7. Oxford: Oxford University Press. doi:law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e722
- Snow, N. (2009). Rethinking Public Diplomacy. In Nancy Snow & Phillip M. Taylor, *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (pp. 3-11). New York: Routledge.
- Snow, N. (2020). Rethinking public diplomacy in the 2020s. In N. Snow & N. J. Cull (Eds.), *Routledge handbook of public diplomacy* (2nd ed.) (pp. 3-12). New York: Routledge.
- Snow, N. & Nicholas J. C. (Eds.). (2020). *Routledge handbook of public diplomacy* (2nd ed.). New York: Routledge.
- Taehwan, K. (2018, June 18). Authoritarian sharp power: Comparing China and Russia. *The Asan Open Forum*. Retrieved from <http://www.theasanforum.org/authoritarian-sharp-power-comparing-china-and-russia/>

- The Economist. (2017). What to do about China's "sharp power" [Editorial]. *The Economist*. Retrieved from <https://www.economist.com/leaders/2017/12/14/what-to-do-about-chinas-sharp-power>
- The Economist. (2020). Democracy Index 2019: A year of democracy setbacks and popular protests. *The Economist*. Retrieved from: <http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2019.pdf&mode=wp&campaignid=democracymindex2019>
- The Lancet. (2020). Covid-19 and China: lessons and the way forward. *The Lancet*, 396(10246), 213.
- Thomas, Gary. (2016). *How to do your case study* (2nd ed.). London: Sage.
- Van Dyke, M. A., & Verčič, D. (2009). Public relations, public diplomacy, and strategic communication: An international model of conceptual convergence. In K. Sriramesh & D. Verčič (Eds.), *The global public relations handbook: Theory, research, and practice* (2nd ed.) (904-928). New York: Routledge.
- Velikaya, A. A. & Simons, G. (2020). *Russia's public diplomacy: Evolution and practice*. Cham: Palgrave.
- Vera, J. M., & Casa, J. M. H. de la (2020). How influential are international NGOs in the public arena? *The Hague Journal of Diplomacy*, 15, 624-635. doi:10.1163/1871191X-BJA10040
- Walker, C. (2018). What is "sharp power"? *Journal of Democracy*, 29(3), 9-23. doi:10.1353/jod.2018.0041
- Walker, C., & Ludwig, J. (2017a, November 16). The meaning of sharp power: How authoritarian states project influence. *Foreign Affairs*. Retrieved from <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-16/meaning-sharp-power>
- Walker, C. & Ludwig, J. (2017b). From 'soft power' to 'sharp power': Rising authoritarian influence in the democratic world. In *Sharp power: Rising authoritarian influence*. Washington: NED. Retrieved from <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>
- Walker, C., Kalathil, S., Ludwig, J. (2020). The cutting edge of sharp power. *Journal of Democracy*, 31(1), 124-137. doi:10.1353/jod.2020.0010
- Web of Science. (2020, August 10). *Resultados de principal coleção do Web of Science tópico "covid-19"*: 22.558. Retrieved from http://apps.webofknowledge.com/Search.do?product=WOS&SID=F6wyqNRF3M1EM2uz15&search_mode=GeneralSearch&prID=286561e9-of50-4785-bd54-a4caed76392d
- Wehrenfennig, D. (2008). Multi-track diplomacy and human security. *Human Security Journal*, 7, 80-89.
- Wilson, W. (1918, January 8). *Address of the President of the United States: Delivered at a joint session of the two houses of Congress*. Washington: USA Government Printing Office.
- World Bank (2020). The World Bank Data. World Bank. Retrieved from <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>
- World Health Organization (WHO) (2020a, February 11). *Coronavirus press conference 11 february, 2020* (Press release). Retrieved from https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-full-press-conference-11feb2020-final.pdf?sfvrsn=e2019136_2

- World Health Organization (WHO) (2020b, January 21). *Novel coronavirus (2019-nCov): situation report – 1: 21 January 2020* (Report n. 1). Retrieved from https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4
- World Health Organization (WHO). (2020c, December 29). *Covid-19 weekly epidemiological update* (Report). Retrieved from <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update---29-december-2020>
- World Health Organization (WHO). (2021, January 27). *Covid weekly epidemiological update* (Report). Retrieved from <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update---27-january-2021>
- Yamei (2018, March 2). “Sharp power”, a new version of “China threat” rhetoric: Spokesperson. *Xinhua*. Retrieved from http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/02/c_137011743.htm
- Yan, Y. (2010). The Chinese path to individualization. *The British Journal of Sociology*, 61(3), 489-512. doi:10.1111/j.1468-4446.2010.01323.x
- Yin, R. (2002). *Case study research: Design and methods* (3rd ed.). London: Sage.
- Zaharna, R. S. (2010). *Battles to bridges: US communication and public diplomacy after 9/11*. New York: Palgrave.
- Zhao, T., & Wu, Z. (2020). Citizen-state collaboration in combating covid-19 in China: Experienced and lessons from the perspective of co-production. *American Review of Public Administration*. Advance online publication. doi:10.1177/0275074020942455

Notícias Reuters da base de dados citadas no texto

- Alves, A. (2020, April 15). MercadoLibre’s financial arm to extend loans to small business in Brazil. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3erlWiT>
- Baker, L. (2020a, March 23). Chinese attitudes shift as a result. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3dmj3i>
- Baker, L. (2020b, March 25). Lock’em up or let’em out? Coronavirus prompts wave of prisoner releases. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2Jh1XoI>
- Barker, L., Tostevin, M., & Ghoshal, D. (2020, April 10). In global war on coronavirus, some fear civil rights are collateral damage. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/39VX-QJB>
- Boadle, A., Paraguassu, L., Osterman, C. (2020, March 26). Bolsonaro exempts Brazil churches from lockdowns at evangelicals’ request. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2wEoEO3>
- Chandran, R. (2020, April 21). ‘Packed like sardines’: Coronavirus exposes cramped migrant housing. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2wYFfzm>
- Demony, C., Gonçalves, S., & Waldersee, V. (2020, April 30). Portugal relaxes coronavirus lockdown with ‘sector-by-sector’ plan. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3d-3ps1z>
- Downie, A. & Davis, T. (2020, April 22). Soccer-Neymar among Brazilian players clubbing together to aid poor. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3eHy93g>

- Downie, A., & Osmond E. (2020, April 10). Soccer: 1992 Brazil team reunite to help fight covid-19. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2y8SBsM>
- Fonseca, P., Orlofsky, S., & Bell, A. (2020, April 10). Brazil's Bolsonaro hits the streets in latest social distancing snub. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3a5A6TK>
- Goh, B. (2020a, March 28). China's Wuhan, where the coronavirus emerged, begins to lift its lockdown. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2UpXk2k>
- Goh, B. (2020b, April 22). Recovered, almost: China's early patients unable to shed coronavirus. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3amcSJ2>
- Homewood, B., & Sarkar, P. (2020, April 23). Soccer-Neymar says lack of football making him anxious. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/34XL24N>
- Kaye, B., & MacLellan, K. (2020, April 23). British PM was like 'any other patient', say nurses who treated him for coronavirus. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2xRjKWs>
- Kirton, D. (2020, April 16). Treatment of Africans in southern China sparks diplomatic backlash. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2VuTEeM>
- Murugaboopathy, P., & Westbrook, T. (2020, April 22). China's equity funds outperform Asian peers in first quarter. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3eIBuij>
- Nair, R., & Ferris, K. (2020, April 27). Soccer-Arsenal's players return to training ground for individual sessions. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2y6hrtI>
- Nair, R., & Rutherford, P. (2020, April 20). Soccer-CSL season may get underway in June/July: Guangzhou CEO. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3eC76WU>
- Spring, J., & Fonseca, P. (2020, April 13). Brazil likely has 12 times more coronavirus cases than official count, study finds. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2K1oH9L>
- Stargardt, G., & Jorgic, D. (2020, April 22). Special report: Peruvian coca farmers to Paris pushers, coronavirus upends global narcotics trade. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2Vs3Q8Y>
- Strauss, M., Jacob-Phillips, S., & Sitjole-Matarise, E. (2020, February 27). AB InBev sees 10% hit to first-quarter profit from coronavirus. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2vngXy1>
- Tam, F., & Jim, C. (2020, March 27). Exclusive: Support for Hong Kong protesters' demands rises even as coronavirus halts rallies: poll. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3apoOYd>
- Teixeira, F. (2020, April 24). Easing labor laws in Brazil seen putting workers at risk in pandemic. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3cJquj6>
- Tian, Y. L., & Wu, H. (2020, April 13). China's new coronavirus cases near 6-week high, Russian border new battleground. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2XtEEjQ>
- Waldersee, V. (2020, March 20). Portugal medics battling coronavirus are offered accommodation for free. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/3blqXHq>
- Waldersee, V., & Cawthorne, A. (2020, March 28). Portugal to treat migrants as residents during coronavirus crisis. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2QQ6NgQ>
- Wang, T., & Crossley, G. (2020, April 23). Empty kitchens, closed stores: Small China firms struggle to cope with epidemic fallout. *Reuters*. Retrieved from <https://reut.rs/2Vthito>

